

Estudo Técnico Preliminar 55/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.004273/2023-01

2. Descrição da necessidade

Toda organização deve orientar sua atuação com base em seu relacionamento ético e transparente com todas as partes interessadas, visando ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, deve preservar os recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. A liderança na cidadania implica influenciar outras organizações, públicas ou privadas, a se tornarem parceiras nestes propósitos e, também, estimular as pessoas de sua própria força de trabalho a se engajarem em atividades sociais.

Pelo exame da Lei 12.305/2010, art. 20, em combinação com a Lei Distrital 5.610/2016, art 2º, foi verificada a necessidade de elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, doravante designado apenas como PGRS, para o Ministério de Minas e Energia, vez que o volume diário de resíduos sólidos gerados ultrapassa o limite diário de 120 litros (volume limite para a equiparação a resíduos domiciliares).

Com o PGRS, além do atendimento a legislação vigente, será buscado o objetivo de melhorar a gestão dos resíduos sólidos produzidos pelo Órgão e a propositura de medidas que reduzam os impactos no meio ambiente, causados pela eventual disposição inadequada dos resíduos.

A concepção do PGRS estabelece os princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, que dará subsídio à contratação de empresa de prestação de serviço de coleta, transporte e disposição final dos resíduos gerados pelo MME

3. Área requisitante

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 2023 da AGU não foram encontradas orientações específicas quanto ao objeto contratual todavia a contratada obriga-se a cumprir as orientações gerais referente a sustentabilidade e descarte ambientalmente seguro de resíduos Sólidos devendo pautar-se pelo não desperdício de insumos visando sempre o reaproveitamento de bens quando cabível em conformidade com o que dispõe as orientações gerais do citado guia da Advocacia Geral da União

A CONTRATADA deverá ainda cumprir as normas contidas na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19/01/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratações ou obras pela Administração Pública Federal.

Em assim sendo a contratada para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) deverá enfatizar o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício do consumo de insumos e materiais, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante.

São legislações aplicáveis, dentre outras:

- Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e suas alterações, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico, altera e revoga diversas legislações relacionadas ao tema;
- Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, e suas alterações, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

- Lei Distrital nº 5.418, de 27 de novembro de 2014, e suas alterações, que dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências;
- Lei Distrital nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, e suas alterações, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no DF;
- Lei Distrital nº 6.518, de 12 de março de 2020, e suas alterações, que dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento dos resíduos sólidos no DF;
- Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, e suas alterações, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010;
- Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, e suas alterações, que regulamenta a Lei Distrital nº 5.610/2016;
- Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e suas alterações, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências; e
- Instrução Normativa nº 89 do SLU, de 23 de setembro de 2016 e suas alterações.
- Lei Distrital nº 5.418, de 27 de novembro de 2014, e suas alterações, que dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências;
- Lei Distrital nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, e suas alterações, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no DF;
- Lei Distrital nº 6.518, de 12 de março de 2020, e suas alterações, que dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento dos resíduos sólidos no DF;
- Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, e suas alterações, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010;
- Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, e suas alterações, que regulamenta a Lei Distrital nº 5.610/2016;
- Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e suas alterações, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências; e
- Instrução Normativa nº 89 do SLU, de 23 de setembro de 2016 e suas alterações.
- lei 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
- Lei estadual n 9.264/2009
- Resolução CONAMA nº 275/01
- Resolução CONAMA nº 307/02
- ABNT NBR7.500/2004
- ABNT NBR 10.004/2004
- ABNT NBR 11.174/1190

O PGRS deverá conter ainda a legislação vigente pertinente ao assunto: Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, Instruções Normativas (Federais, Estaduais, Distrital e Municipais) e Normas Técnicas Brasileiras - ABNT, entre outros, bem como a abranger um programa de conscientização e treinamento para os Funcionários do MME e terceirizados em termos de educação ambiental.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de contratação de pequena monta e não haver grandes necessidades de despendios financeiros .

Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2032-5503

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A vistoria poderá ser comprovada por Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto

Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação assumindo total responsabilidade por este fato e não podendo alegar desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do objeto contratual devendo assumir os ônus dos serviços decorrentes sejam eles técnicos ou financeiros .

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado consistiu na prospecção e análise de possíveis alternativas de soluções para a prestação de serviços para elaboração de PGRS nenhuma outra solução mais apropriada a Administração, que não seja a contratação de empresa especializada para a realização dos serviços.

Além de que, por serem serviços comuns existem inúmeras firmas no mercado, que podem realizar o trabalho conforme levantamento feito neste sentido, caracterizando portanto, a existência de competitividade.

6. Descrição da solução como um todo

A elaboração do PGRS é sempre aderente às realidades do órgão, sendo que cada organização deve construir um plano customizado às suas complexidades e particularidades, que não apenas produza um recorte do quadro atual da gestão dos resíduos descartados pelo MME, mas que também aponte tanto para um modelo de gestão mais eficiente e adequado às diretrizes dos normativos vigentes e para um futuro em que todos os indicadores sejam gradativa e continuamente aprimorados por meio das ações promovidas pelo próprio PGRS.

Condições de Execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: imediatamente após a emissão da ordem de empenho

Em consonância com o art. 21 da Lei 12.305/2010, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá apresentar o seguinte:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

Para atendimento do disposto no item 5.1.2 contratada deverá fazer a descrição da atividade desenvolvida pelo MME além de informações tais como:

- a) Nome do órgão;
- b) CNPJ;
- c) Número total de funcionários (próprios e terceirizados);
- d) Missão e Visão do órgão;
- e) Dados dos representantes legais e pessoas de contato, como nome, cargo e telefone; Área total ocupada pelo MME (m²);
- f) Endereço e CEP, telefone, e-mail;

5.1.4 Deve constar ainda informações gerais da contratada, tais como:

- a) CNPJ, razão social, nome fantasia e outros registros legais da contratada; Endereço, CEP, telefone e e-mail para contato;

- b) Dados dos representantes legais, como nome, cargo e telefone;
- c) Identificação, formação e registro profissional do(s) técnico(s) responsáveis pela elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos-PGRS;
- d) Diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- e) Observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e pelo Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o PGRS deverá conter explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos e definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;
- f) Identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;
- g) Ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;
- h) Metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;
- i) Se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31 da Lei 12.305/2010;
- j) Medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos; e
- l) Periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.
- m) O PGRS deverá conter ainda a legislação vigente pertinente ao assunto: Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, Instruções Normativas (Federais, estaduais, distrital e municipais) e Normas Técnicas Brasileiras - ABNT, entre outros, bem como a descrição de um programa de conscientização e treinamento para os servidores da presidência e terceirizados em termos de educação ambiental.
- n) O PGRS e Termo de referência para sua implantação deverá ser elaborado seguindo as definições baseadas na Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS e das normas legais estabelecidas no que couber com os serviços a serem contratados;
- o) Adotar, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental e socioambiental nas aquisições de bens e/ou serviços, nos termos da Instrução para atendimento a normativa n 01/2010 de 19 de janeiro de 2010, em especial o artigo 6 e seus incisos e o decreto 7.746/2012

5.1.5 Em consonância com o art. 21 da Lei 12.305/2010 o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deverá apresentar o seguinte diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados

Diagnóstico

Informar a localização do empreendimento e sua área de atuação, especificar as atividades desenvolvidas; estimativa do número de visitantes e usuários dos serviços disponíveis por dia, bem como, quantitativo de servidores e colaboradores.

Observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e pelo Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o PGRS deverá conter explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos e definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

Identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

Ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes; Metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;

Se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31 da Lei 12.305/2010;

Medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

Periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama; e

O PGRS deverá conter ainda a legislação vigente pertinente ao assunto: Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, Instruções Normativas (Federais, estaduais, distrital e municipais) e Normas Técnicas Brasileiras - ABNT, entre outros, bem como a descrição de um programa de conscientização e treinamento para os servidores da Presidência da República e terceirizados em termos de educação ambiental.

Caracterização dos resíduos sólidos:

Estimativa de produção durante o funcionamento das atividades. Os cálculos para estimativa de geração de resíduos (memorial de cálculo) deverão ser anexados nos PGRS e PGRSS, de acordo com a literatura existente sobre a matéria (Ex: L/dia);

Classificar os resíduos conforme a NBR 10.004/2004 e nas normas pertinentes da ABNT;

A localização dos recipientes de resíduos nestes compartimentos e quantidades disponíveis;

Transporte Externo

Compreendem a operação de transferência dos resíduos acondicionados no local da geração para o armazenamento temporário, tratamento interno e armazenamento externo. Informar os meios de transporte interno dos resíduos:

- produção (volume ou peso) de resíduos coletado por grupo;
- frequência e horário de coleta;
- quantidade de carros;
- especificação técnica;

Armazenamento Temporário

Descrever o armazenamento temporário (abrigo interno) para coleta, até o tratamento preliminar, se for o caso, ou armazenamento externo, considerando as especificações técnicas contidas na RDC nº 222/2018 e suas alterações.

Armazenamento Externo

Destina-se a abrigar resíduos previamente acondicionados em sacos plásticos e recipientes resistentes à punctura e ruptura, identificados e depositados em contêineres com tampas. O abrigo deverá ser construído de acordo com o preconizado na legislação. Observar o armazenamento entre os resíduos químicos que podem apresentar alta afinidade ou reatividade química (embalagens, sobra de produtos, tintas, solventes etc). Apresentar o manual de procedimentos de armazenamento de contêineres de RSS incluindo os procedimentos de higienização (normas e rotinas).

Tratamento Externo

Tratamento de resíduos através de processo de neutralização dos agentes nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Indicar o sistema de tratamento externo adotado para os resíduos do Grupo A, B, C e D indicando o nome da empresa, endereço completo, telefone, CNPJ, Email, fax, nome do responsável. Apresentar cópia da licença ambiental e contrato de prestação de serviço.

Equipamento de Proteção Individual e Técnicas de manuseio

Descrever os EPIs a serem utilizados obrigatoriamente em cada fase do gerenciamento dos resíduos sólidos

A apresentação do relatório com o diagnóstico da situação atual da gestão de resíduos sólidos deverá ser elaborada por intermédio de avaliações sistêmicas que deverá fundamentar-se na pesquisa e na análise dos processos de geração, segregação, coleta, classificação, acondicionamento, armazenamento, transporte, transbordo, reciclagem, reutilização, tratamento e disposição final dos resíduos produzidos no Ministério de Minas e Energia

O relatório de diagnóstico deverá ser apresentado na forma impressa, em formato A4, e na forma digital, contendo de forma detalhada a quantidade e gestão dos diversos resíduos produzidos no Ministério de Minas e Energia, em que serão descritos os setores envolvidos, os tipos de resíduos existentes, a sua classificação, identificação, além de serem analisadas todas as etapas de produção, descartes, coleta e destinação final dos materiais mediante a realização dos seguintes estudos:

- I - Explicitação de cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos, com a descrição do empreendimento ou atividade;
- II - Determinar/identificar e quantificar os pontos de geração de resíduos, dentro e fora do processo produtivo;
- III - Determinar/identificar e quantificar os pontos de segregação de resíduos;
- IV - Indicar a forma de acondicionamento dos resíduos;
- V - Frequência de geração dos resíduos;
- VI - Indicar a destinação adequada dos resíduos gerados;
- VII - Deverá conter Plantas e/ou desenhos esquemáticos de localização dos pontos de geração e armazenamento dos resíduos;
- VIII - Deverá conter Figuras, gráficos e outros elementos que facilitem a análise do PGRS. OBS: O local de armazenamento dos resíduos deve constar nas coordenadas geográficas;
- IX - Estrutura administrativa e organizacional de suporte aos serviços de coleta, incluindo instalações físicas, lixeiras, equipamento e recursos humanos;
- X - Diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a estimativa do volume e do peso, conforme a sua origem, a exemplo de pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, óleos e graxas, pneus, resíduos de serviço de saúde, de construção civil, lixo orgânico e outros materiais relevantes, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- XI - Indicar o volume diário de resíduos sólidos indiferenciados;
- XII - Análise dos aspectos técnico-operacionais, incluindo desde o processo de produção até a destinação final dos resíduos, mediante o levantamento de dados sobre a cadeia de coleta seletiva, reaproveitamento e reciclagem no mercado formal e informal;
- XIII - Classificação dos resíduos segundo a ABNT NBR 10004:2004 (Classe I, IIA e II B) e a Lei nº 12.305/2010. Esta classificação deve ser realizada por profissional habilitado e laboratório credenciado, quando for o caso, deve ser embasada nos laudos técnicos de análises submetendo os resíduos nos testes de solubilização/lixiviação conforme as NBR 10.006 e NBR 10.005 ou ainda, outros tipos de análises que os responsáveis julgarem necessárias para melhor identificar os resíduos sólidos;
- XIV - Observância das normas estabelecidas pelos órgãos competentes;
- XV - Percentual de comprometimento atual e futuro do serviço de limpeza urbana.

RELATÓRIO DE PROGNÓSTICO :

Na segunda fase, será realizado um prognóstico, elaborando-se um relatório, na forma impressa, em papel A4, e na forma digital, contendo a definição de diretrizes e metas, mediante a análise do diagnóstico das estruturas organizacionais e técnico-operacionais, no intuito de que sejam definidos investimentos e ações a serem realizados, devendo as proposições estar de acordo com os eventuais problemas encontrados a serem factíveis de implantação, por intermédio das seguintes medidas:

- I - Previsões para a evolução da geração de resíduos, considerando o seu quantitativo e qualitativo, para os próximos 12 meses anos;
- II - Ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;
- III - Metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos;
- IV - Busca de alternativas auxiliares para a gestão adequada dos resíduos sólidos;
- V - Medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;
- VI - Hierarquização das demandas envolvendo a geração, a coleta e a disposição final de resíduos;
- VII - Proposições para ações de curto, médio e longos prazos, mormente no que diz respeito à capacitação e valorização dos setores envolvidos com o manejo de resíduos sólidos;
- VIII - Estabelecer indicadores ambientais para a gestão dos materiais descartados, envolvendo implementação e acompanhamento de metas na execução do plano, que possibilitem a avaliação dos resultados e a promoção de revisões periódicas;
- IX - Apresentar um programa de redução de resíduos na fonte, descrevendo as atividades/medidas, as metas e os procedimentos direcionados a: não geração, minimização da geração, reutilização/reciclagem de resíduos, controle da poluição, monitoramento do passivo ambiental e responsabilidade pós-consumo. Devem ser especificadas a classificação, a quantidade e a destinação dos

resíduos passíveis de reutilização/reciclagem, assim como, os procedimentos de manejo utilizados na segregação dos resíduos, na origem, coleta, armazenamento, transporte, reutilização/reciclagem e sua destinação final;

X - Levantar o status de situação ambiental e avaliar a viabilidade técnica para implantação de projetos que visem à obtenção de créditos de carbono;

A revisão do Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos deverá enfatizar o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício do consumo de insumos e materiais, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante.

Ao final de todas as atividades contratadas, a Contratada deverá entregar um relatório digital para análise da Fiscalização contratual e só após aprovação deverá ser feita a impressão do relatório em formato A4 encadernado com os resultados atingidos e pretendidos.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS/MME deverá ser entregue em formato impresso A4 e em formato digital assinada pelos respectivos responsáveis técnicos, com fotos e gráficos contendo a identidade visual autorizada pelo Órgão.

No PGRS revisado deverá constar:

1. Quadro Geral dos Objetivos;
2. Metodologia de Elaboração;
3. Enquadramento temático dos objetivos;
4. Monitoramento;
5. Análise dos resultados alcançados;
6. Plano de Ação e Trabalho;
7. Resultados e Iniciativas;
8. Anexos:
9. Cronologia das iniciativas;
10. Destinação por tipo de resíduo;
11. Resíduos sólidos produzidos no MME;
12. Glossário;
13. Plano de Ação e Trabalho anual.

Os relatórios, demais documentações estipuladas neste Termo de Referência deverão ser entregues no seguinte endereço: Coordenação de Atividades Gerais - COAGE - sala 130, Esplanada dos Ministérios - Bloco U - Brasília/DF. Telefones para contato: (61) 2032-5503. Horário para entrega: 09 às 17:00 hs nos dias úteis.

O PGRS elaborado pela contratada deverá contemplar o conjunto de ações que a CONTRATANTE deverá exercer direta ou indiretamente, nas etapas de acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, englobando a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Deverá ainda definir os resíduos que possam ser reutilizados através de reciclagem ou compostagens, definindo os métodos do início do processo até sua destinação final, juntamente com discriminação de todos os procedimentos, equipamentos e materiais a serem adquiridos pela CONTRATANTE.

Abordar, tanto os resíduos perigosos quanto os não perigosos e será realizada por profissional técnico habilitado com inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental - CFT/AIDA, conforme, art. 22, IV da IN IBAMA 10/2013, de 27/05/2013

A primeira versão do documento, a ser submetido à avaliação da fiscalização do MME deverá ser entregue obrigatoriamente em meio digital em PDF. Somente após a aprovação do PGRS e suas correções (no máximo duas versões) este deverá ser entregue impresso (em duas reproduções) e em meio digital, para autuação processual e para constar nos arquivos do órgão.

Do treinamento:

A contratada deverá disponibilizar pessoal capacitado para realização de treinamento cujo tema será pertinente ao objeto contratual abrangendo ações de sensibilização e mobilização visando atingir as metas de minimização, reutilização e segregação dos resíduos sólidos na origem, bem como seu correto acondicionamento, armazenamento e transporte.

Para a promoção do curso deverá ser disponibilizado no mínimo 100 apostilas com no mínimo 20 páginas devendo ser arquivado junto ao órgão contratante documento comprobatório da realização das ações de educação ambiental que deverá estar assinado por todos os trabalhadores capacitados, bem como constar o CPF ou RG.

Os horários e locais do treinamento deveram ser previamente ajustado com o órgão respeitando o período de segunda a sexta-feira das 7 as 19 e com duração mínima de 60 minutos demandante afim de zelar pela produtividade atendendo a eficiência e eficácia dos trabalhos

Do Cadastro no SENIR

Para fins de atendimento do disposto no artigo 23 da lei 12.305 de 2 de agosto de 2010 os responsáveis pelo plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade que deverão ser repassadas ao Senir na forma do regulamento deverá ainda acessar a emissão do MTR (manifesto de transporte de resíduos) junto ao SENIR/MMA

Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados no seguinte endereço Ministério de Minas e Energia e os demais relatórios, documentações estipuladas neste Termo de Referência deverão ser entregues no seguinte endereço: Coordenação de Atividades Gerais - COAGE - sala 130, Esplanada dos Ministérios - Bloco U - Brasília/DF. Telefones para contato: (61) 2032-5503. Horário para entrega: 09 às 16:00 h nos dias úteis.

Os serviços serão prestados no seguinte horário em conformidade com a tabela abaixo :

| Item | Dias da semana | horários | Local |
|----------------------|--------------------|---|-------------------------------|
| Treinamento | de segunda a sexta | de 07 as 19 conforme horário a ser definido pela administração Pública juntamente com contratada duração mínima de 60 minutos | Ministério de Minas e Energia |
| levantamento in loco | de segunda a sexta | de 07 as 19 conforme horário a ser definido pela administração Pública juntamente com contratada | Ministério de Minas e Energia |

Havendo mudança de endereço de qualquer unidade do contratante atendido pelo contratado dentro de Brasília, a contratada se obriga a manter o atendimento das demandas de acordo com a necessidade do MME.

Rotinas a serem cumpridas

Para a correta execução dos serviços contratados a administração designará um ou mais servidores para atuar como fiscal de contrato, ficando o mesmo responsável pela emissão da ordem de serviço que deverá constar de forma detalhada o serviço a ser entregue pela contratada

Deverão ser observadas as disposições contidas na IN nº 05 de 26 de maio de 2017.

Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

| Item | quantidade | Prazo de finalização dos serviços |
|--|--|--|
| PGRS | 1 relatório de diagnóstico e prognóstico | 20 dias corridos após emissão do empenho |
| Treinamento | 44 treinamentos para 25 pessoas | 5 dias úteis |
| Cadastro no sistema SINIR e emissão dos MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos). | 01 | 5 dias úteis |
| Apoio técnico especializado | 1 | por demanda no período de 12 meses |

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos:

A) Quantidade e valor total do item;

B) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

O prazo de validade da proposta não será inferior a 90(noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

| | |
|---|----|
| Revisão do PGRS - Plano de gerenciamento de resíduos sólidos. | 1 |
| Treinamento aos servidores e terceirizados sobre o correto gerenciamento dos resíduos sólidos em equipes de 25 pessoas, incluindo material didático e peças de campanha | 44 |
| Cadastro no sistema SINIR e emissão dos MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos). | 1 |
| Apoio técnico em cláusulas contratuais nos editais de licitações no que se refere ao gerenciamento de resíduos sólidos. | 1 |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 54.666,67

Para a estimativa de preços ou preços referenciais, a equipe de planejamento considerou as orientações colimadas na Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A equipe de planejamento da contratação realizou a pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor, utilizando a metodologia disposta na Instrução Normativa nº 73/2020, verbis:

Art. 6º: Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

Quadro demonstrativo da pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor

| item | Especificação | prestador de serviço valor | | | valor médio do item |
|------|---------------|-----------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| | | Crhisthiane Paloma Teixeira | MCenge Engenharia | Projecta Engenharia | |
| | | | | | |

| | | | | | |
|-------------------|---|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 01 | Elaboração do Plano de gerenciamento de resíduos sólidos | 24.000,00 | 30.000,00 | 39.000,00 | 31.000,00 |
| 02 | Treinamento aos servidores e terceirizados sobre o correto gerenciamento dos resíduos sólidos em equipes de 25 pessoas, incluindo material didático e peças de campanha | 12.000,00 | 25.000,00 | 20.000,0 | 19.000,00 |
| 03 | Cadastro no sistema SINIR e emissão dos MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos). | 1.500,00 | 2.000,00 | 3.500,00 | 2.333,33 |
| 04 | Apoio técnico em cláusulas contratuais nos editais de licitações no que se refere ao gerenciamento de resíduos sólidos. | 2.500,00 | 2.000,00 | 2.500,00 | 2.333,33 |
| valor médio total | | | | | 54.666,67 |

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissão poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

A subcontratação total ou parcial não estão permitidas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não Há

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se que, com a contratação, possa ser obtido o volume dos materiais e rejeitos descartados pelo MME bem como o melhoramento da gestão dos resíduos sólidos produzidos pelo Órgão e a proposição de medidas que reduzam os impactos no meio ambiente, causados pela eventual disposição inadequada dos resíduos

13. Providências a serem Adotadas

A contratação não exige providências específicas a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A elaboração do PGRS visa a reduzir os impactos ambientais negativo causados pela má destinação do lixo orgânico e reciclável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

esta equipe de planejamento declara a viabilidadetendo em vista cumprir a legislação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IELAYNE MARIA DA SILVA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 20/12/2023 às 14:48:28.

Despacho: SEI 0833362

WASHINGTON JOSE DE OLIVEIRA

Equipe de apoio

Despacho: ok.

ALVANIR DA SILVA CARVALHO

Coordenador de Atividades Gerais



Assinou eletronicamente em 20/12/2023 às 15:07:29.

